

Processo Administrativo nº MPMG-0024.23.000745-2

Infrator: **SUPERMERCADOS BH COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.**

Espécie: **Decisão Administrativa Condenatória**

Vistos, etc.

Trata-se de Processo Administrativo instaurado em decorrência de apuração em **Investigação Preliminar**, nos termos da Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), de seu Decreto regulamentador (Decreto Federal n.º 2.181/97), visando à aplicação de sanção administrativa pela prática de infração consumerista por parte do fornecedor **SUPERMERCADOS BH COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 04.641.376/0174-54, com endereço na Av. Dos Andradas, nº 3.760, Bairro Pompeia, CEP 30.280-020, Belo Horizonte.

Imputa-se ao reclamado infringência aos artigos arts. 18, § 6º, I e II, 4º parte do CDC; art. 12º, IX, “d”, e art. 37, §2º, do Decreto Federal nº 2.181/97, em desfavor da coletividade de consumidores, vez que colocou no mercado de consumo produtos impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam por apresentarem prazo de validade vencido e embalagens avariadas, bem como ao disposto nos arts. 6º, I, 31 do CDC, Decreto nº 2.181/97, arts. 12, IX, “d” e 37, §2º; Decreto nº 5.903/06, arts. 7º, vez que violou o dever de informação ao disponibilizar terminal de consulta que não estava funcionando (fls. 02/15).

Intimado, o reclamado apresentou defesa administrativa (fls. 18/21) e documentos (fls. 22/36). Preliminarmente, o reclamado arguiu cerceamento do direito de defesa, sob o argumento de que o auto de infração não continha todos os elementos de convicção que ensejaram a autuação administrativa. No mérito, negou a prática das condutas infrativas noticiadas no auto de infração.

Designada audiência de conciliação para resolução consensual do feito, foram apresentadas ao reclamado a proposta de assinatura de Transação Administrativa (TA) com multa reduzida em 60% (fls. 44/46).

Pela petição às fls. 53/55, o fornecedor se manifestou em relação à proposta de transação administrativa, aduzindo que o valor se encontra desproporcional diante da conduta praticada, pugnando, assim, pela aplicação do princípio da insignificância.

É o relato essencial. Decido.

Inicialmente, em respeito ao devido processo legal, considero atendidas todas as condições para a prolação de decisão de mérito, oportunizados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do Decreto Federal nº 2.181/97 e da Resolução PGJ nº 57/2022, que revogou a Resolução PGJ

14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor.

nº 14/19 com as alterações e adaptações implementadas em decorrência das conclusões do PCA 1017/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Atendido, também, o dever estabelecido pelo §3º do art. 3º do Código de Processo Civil de 2015 de priorizar a atuação ministerial resolutiva, por meio da busca pela solução consensual/conciliatória, vez que houve agendamento de audiência específica para a propositura de Transação Administrativa (TA) – fls.53/55.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por força da Constituição Estadual, especificamente do art. 14 dos seus Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, abarcou as competências administrativas do Procon Estadual, cujas atividades contemplam o exercício do poder de polícia em matéria de consumo.

Nesse sentido, as competências do Procon, elencadas no artigo 3º, com a ressalva do artigo 5º, do Decreto Federal nº 2181/97, foram transferidas ao Órgão Ministerial com atribuições na defesa do consumidor. É o que dispunha a Resolução PGJ nº 14/19, revogada pela Resolução PGJ nº 57/2022, que mantém a mesma disposição.

Primeiramente, rejeita-se a preliminar levantada, porquanto, nos termos dos itens 1 a 4 do auto de infração (fls. 2/3), verifica-se que o agente de fiscalização descreveu a infração praticada, bem como os dispositivos legais infringidos, que, por sua vez, impõem a penalidade aplicável a cada conduta ilícita praticada.

No mérito, o reclamado limitou-se a negar a prática das condutas infrativas noticiadas.

Tais argumentos não merecem, entretanto, prosperar. Senão vejamos.

No formulário de fiscalização nº 42.23, elaborado pelo PROCON-MG, em 17/01/2023 descreveram os agentes de fiscalização que *“no ato fiscalizatório foram apreendidos produtos comercializados com o prazo de validade vencido”* (fl. 02); e ainda que *“durante a fiscalização verificamos produtos alimentícios, sendo comercializados com o prazo de validade vencido”* (fl. 02); bem como que *“no momento da fiscalização havia um terminal de consulta (leitor óptico) que não estava funcionando”* (fl. 03).

As circunstâncias em que ocorreram a fiscalização afastam, assim, o argumento do requerido no sentido da regularidade da exposição dos produtos apreendidos, sendo certo que a constatação de comercialização de produtos com prazo de validade vencido, assim como de produtos avariados, além da ausência de terminais de consulta em perfeito funcionamento, foi aferida pelo agente de fiscalização, na presença do gerente do estabelecimento do fornecedor.

Assim, impende-se ressaltar que o auto de infração foi lavrado por funcionários públicos lotados no setor de fiscalização do PROCON estadual, gozando, portanto, de presunção (*juris tantum*) de veracidade, a qual só será afastada se o administrado comprovar a ilegalidade ou irregularidade do ato.

Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. AUTUAÇÃO INDEVIDA POR INFRAÇÃO ÀS REGRAS DE TRÂNSITO. ATO ADMINISTRATIVO QUE GOZA DE PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE "JURIS TANTUM". ABUSO DA AUTUAÇÃO. NULIDADE. DANOS MORAIS. INOCORRÊNCIA. I - Os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e veracidade, principalmente aqueles vinculados à atividade fiscalizadora do Estado. No entanto, em se tratando de uma presunção "iuris tantum", podem ser anulados se comprovado o abuso da autuação. II - A simples autuação indevida por violação às regras de trânsito não é capaz de gerar dano moralmente indenizável. O dano moral envolve um bem quase inatingível, relacionado ao sofrimento psíquico ou moral da pessoa, com o que não se confundem dissabores ou contratempos naturais aos quais os seres humanos se submetem nos mais diversos relacionamentos em que se envolvem no cotidiano da vida em sociedade. (TJ-MG - AC: 10024100391283001 MG, Relator: Peixoto Henriques, Data de Julgamento: 26/02/2013, Câmaras Cíveis Isoladas / 7ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/03/2013)

O fato é que a empresa reclamada infringiu os preceitos legais previstos nos artigos 18, §6º, I, II, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90) e artigos 12, IX, "d", do Decreto Federal n.º 2.181/97, art. 37, §2º, em desfavor da coletividade de consumidores, vez que colocou no mercado de consumo produtos impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam em razão de disponibilizar produto com embalagem avariada e prazo de validade vencido, bem como ao disposto nos arts. 6º, III, 31 do CDC, Decreto nº 2.181/97, art. 13, I; Decreto nº 5.903/06, arts. 7º, vez que violou o dever de informação pois havia no momento da fiscalização termina de consulta que não estava funcionando (fls. 02/03).

Vale destacar que a alegação do fornecedor de que produtos avariados não são considerados impróprios para o consumo (fl. 19-v), não encontra respaldo legal. Isto porque o Código de Defesa do Consumidor é claro ao classificar produtos avariados como impróprios para o consumo em seu artigo 18, §6, II.

Além disso, a alegação de insignificância da infração administração administrativa não merece acolhida, não somente por se tratar de infração reveladora de caráter coletivo, característica apta, por si só, a afastar a insignificância em razão do potencial número de consumidores lesados, mas por atingir, frontalmente, a própria norma.

14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor.

Antes de enfrentar a temática, sob a perspectiva jurídica, é preciso destacar as fiscalizações do PROCON-MG são realizadas por amostragem, de forma que o ato não verifica todos os produtos em exposição por parte do fornecedor, circunstância que, por si só, afasta qualquer espécie de alegação quanto à aplicação do princípio pela identificação de um ou poucos produtos.

À guisa de exemplo, a exposição à venda de um produto com data de validade vencida ou embalagem amassada ou avariada não somente revela o risco potencial à saúde pública e aos consumidores, como também pode revelar a prática do crime previsto no inciso IX do art. 7º da Lei 8.137/90, caso constatada, sob a perspectiva criminal, sua impropriedade para consumo, circunstância apta a incrementar a potencialidade lesiva já atacada pela inobservância das normas de distribuição e comercialização fixadas pela própria indústria ou fornecedor por meio da rotulagem.

Na mesma linha de compreensão, a deficiência no funcionamento dos leitores ópticos revela o caráter coletivo, haja vista que frustram o legítimo direito do consumidor de conferência entre o preço de exposição e o preço real, deixando-o exposto à memorização de preço de diversos itens, pela própria natureza da atividade comercial, em momento que exige celeridade, o do registro e pagamento dos produtos adquiridos.

Assim, tenho por inaplicável o alegado princípio da insignificância à atividade comercial típica dos autos no que toca às infrações exemplificadas. O potencial alcance coletivo da infração parece-nos incompatível com lógica da demonstração de lesão manifestamente insignificante. Afinal, fossem insignificante as infrações, sequer a autoridade regulamentadora as teria previsto como infração e ordenaria a autuação. Por insignificante, portanto, na seara consumerista, encontram-se somente as infrações cujos impactos sejam meramente individuais, de repercussão estritamente patrimonial na vida de consumidores singulares, hipótese não verificada no caso em testilha.

Portanto, não restam dúvidas de que o reclamado colocou no mercado de consumo produto impróprio, inadequado ao consumo (art. 18, do CDC), infringindo, assim, o artigo 18 da Lei nº 8.078/90 - 0 - Código de Defesa do Consumidor, *in verbis*:

Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos **vícios de qualidade** ou quantidade **que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam** ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, **rotulagem** ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.
(...)

14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor.

§ 6º São impróprios ao uso e consumo:

(...)

I - os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos

II - os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação;

No mesmo norte, o Decreto nº 2.181/97, em seu art. 12, IX, "d", e art. 37, §2º consideram práticas infrativas:

Art. 12. São consideradas práticas infrativa:

(...)

IX - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço:

d) impróprio ou inadequado ao consumo a que se destina ou que lhe diminua o valor;

(...)

Art. 37. Os Autos de Infração, de Apreensão e o Termo de Depósito serão lavrados em impresso próprio, composto de três vias, numeradas tipograficamente.

Em relação ao defeito no terminal de consulta que não estava funcionando, estabelece o artigo 7º, da Lei Federal nº 5.903/06:

Art. 7º Na hipótese de utilização do código de barras para apreçamento, os fornecedores deverão disponibilizar, na área de vendas, para consulta de preços pelo consumidor, equipamentos de leitura ótica em perfeito estado de funcionamento.

É cediço que melhor do que uma indenização por compensação de danos, é que os danos não cheguem a ocorrer. Entretanto, em casos como o dos autos se verifica necessário medidas visem evitar reiteração de infrações futuras no mercado consumerista, com o escopo de manutenção da fisiologia das relações jurídicas estabelecidas pela legislação de regência, ou seja, o funcionamento normal do mercado.

Nestes termos, não restam dúvidas de que **SUPERMERCADOS BH COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.** está dissonante com os preceitos consumeristas consagrados no ordenamento pátrio, que constituem normas cogentes, de caráter indisponível (CR/88, art. 5º, XXXII e Lei Federal 8.078/90, Art. 1º), razão pela qual está sujeita à aplicação de sanções nos termos do Código de Defesa do Consumidor e da legislação regulamentadora.

Ante o exposto, uma vez inobservado o dever de assegurar a oferta de peças de reposição de seus produtos, julgo **SUBSISTENTE** o objeto do presente Processo Administrativo em

desfavor do fornecedor reclamado **SUPERMERCADOS BH COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.641.376/0174-54, por violação ao disposto nos arts. 18, §6º, I, II, 31, todos do CDC; artigos 12, IX, “d”, e art. 37, §2º do Decreto Federal n.º 2.181/97; art. 7º do Decreto nº 5.903/06; em prejuízo da coletividade, sujeitando-o à sanção de ordem administrativa, sem prejuízo das de natureza cível e penal que possam advir.

Dentre as possíveis sanções administrativas, a reprimenda consistente na cominação de MULTA ADMINISTRATIVA (art. 56, inciso I) mostra-se a mais adequada ao caso em exame.

Sendo assim, considerando a natureza da infração, a condição econômica do infrator e a vantagem eventualmente auferida, aplico a pena de multa na forma preconizada pelos artigos 56 e 57 da Lei 8.078/90 (CDC) e artigos 24 e segs. do Decreto 2.181/97, bem como pelo artigo 20 da Resolução PGJ nº 57/22, que regulamenta a atuação do Ministério Público enquanto Procon Estadual, e passo a mensurar o seu valor conforme se segue:

a) A infração cometida, em observância à Resolução PGJ nº 57/22, figura no grupo I em razão de sua gravidade, natureza e potencial ofensivo (art. 21, inciso I, “e”, e art. 22), pelo que aplico fator de pontuação 1.

b) Verifico que não foi apurada obtenção de vantagem econômica com a prática infrativa, razão pela qual atribuo o fator 1 ao item.

c) Por fim, com o intuito de se comensurar a condição econômica do fornecedor, referente ao ano de 2021, considerando ausência de apresentação da DRE foi arbitrada no importe no valor de **R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais)** - art. 24 da Resolução 57/22, o que o caracteriza como empresa de GRADE PORTE, tendo como referência o fator 5.000 (artigo 28, §1º, da Resolução 57/22).

d) Definidos os critérios acima, aplico os dados à fórmula prevista no artigo 28 da Resolução PGJ nº 57/22 e fixo o *quantum* da pena-base no valor de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), conforme se depreende da planilha de cálculos que integra a presente decisão, nos termos do art. 27 da Resolução PGJ n.º 57/22.

e) Reconheço a circunstância atenuante do Dec. n.º 2.181/97 (art. 25, II - ser o infrator primário), conforme certidão à fl. 40, razão pela qual diminuo a pena base em 1/6 (artigo 29 da Resolução PGJ nº 57/22), reduzindo-a ao patamar de R\$ 129.166,67 (cento e vinte e nove mil e cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)

14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor.

f) Reconheço a circunstância agravante prevista no inciso VI do artigo 26 do Decreto 2.181/97 – causação de dano coletivo – pelo que aumento a pena em 1/3 (artigo 29 da Resolução PGJ nº 57/22), totalizando o quantum de R\$ 172.222,22 (cento e setenta e dois mil e duzentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos)

g) Reconheço o concurso de infrações (artigo 20, §, 3º da Resolução da PGJ 57/22), aumentando o valor em ½ (um meio) totalizando o quantum de R\$ 258.333,33 (duzentos e cinquenta e oito mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Presente o concurso de infrações, fixo a MULTA ADMINISTRATIVA no valor de **R\$ 258.333,33 (duzentos e cinquenta e oito mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).**

Assim, **DETERMINO**:

1) a intimação do infrator, por seu representante, nos endereços eletrônicos e carol.lobato@aroldoplinio.com.br, priscila.santos@aroldoplinio.com.br (fl.42), para, no **prazo de 10 (dez) dias úteis** a contar de sua intimação:

- a) recolher à conta do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor o percentual de 90% do valor da multa fixada acima, isto é, o valor de **R\$232.499,99 (duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)**, por meio de boleto, nos termos do parágrafo único do art. 36 da Resolução PGJ n.º 57/22, sendo que o pagamento da multa com redução de percentual de 10% somente será válido se efetuado nos 10 (dez) dias úteis contados da intimação, ainda que o prazo de vencimento do boleto seja maior; OU
- b) apresentar recurso, nos termos dos artigos 46, § 2º e 49, ambos do Decreto nº 2.181/97, e do art. 33 da Resolução PGJ nº 57/22;

2) **Consigne-se** na intimação que, ultrapassado o prazo legal sem que haja interposição de recurso voluntário, e não efetivado o pagamento da multa aplicada – que, ultrapassados os 10 (dez) dias úteis da intimação da decisão, deverá ser recolhida em seu valor integral, no **prazo de 30 (trinta) dias** do trânsito em julgado desta decisão, após nova intimação –, será o débito inscrito em dívida ativa para subsequente cobrança **executiva** pela Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais.

14ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor.

3) Publique-se, por extrato, na imprensa oficial e disponibilize no *site* deste órgão e no SRU o inteiro teor desta decisão. Registre-se.

Cumpra-se.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2023.


FERNANDO FERREIRA ABREU
Promotor de Justiça

PLANILHA DE CÁLCULO DE MULTA			
ATENÇÃO: INSERIR INFORMAÇÕES NOS CAMPOS DESTACADOS PELA COR CINZA			
Agosto de 2023			
Infrator	SUPERMERCADOS BH COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.		
Processo	0024.23.000745-2		
Motivo			
1 - RECEITA BRUTA			R\$ 60.000.000,00
Porte =>	Grande Porte	12	R\$ 5.000.000,00
2 - PORTE DA EMPRESA (PE)			
a	Micro Empresa	220	R\$ 0,00
b	Pequena Empresa	440	R\$ 0,00
c	Médio Porte	1000	R\$ 0,00
d	Grande Porte	5000	R\$ 5.000,00
3 - NATUREZA DA INFRAÇÃO			
a	Grupo I	1	3
b	Grupo II	2	
c	Grupo III	3	
d	Grupo IV	4	
4 - VANTAGEM			
a	Vantagem não apurada ou não auferida	1	1
b	Vantagem apurada	2	
Multa Base = PE + (REC BRUTA / 12 x 0,01) x (NAT) x (VAN)			R\$ 155.000,00
Multa Mínima = Multa base reduzida em 50%			R\$ 77.500,00
Multa Máxima = Multa base aumentada em 50%			R\$ 232.500,00
Valor da UFIR em 31/10/2000			1,0641
Taxa de juros SELIC acumulada de 01/11/2000 a 31/07/2023			257,10%
Valor da UFIR com juros até 31/07/2023			3,7999
Multa mínima correspondente a 200 UFIRs			R\$ 759,98
Multa máxima correspondente a 3.000.000 UFIRs			R\$ 11.399.661,80
Multa Base			R\$ 155.000,00
Multa base reduzida em 1/6 – art. 25, II, do Dec. nº 2.181/97			R\$ 129.166,67
Acréscimo de 1/3 – art. 26, VI Dec. nº 2.181/97			R\$ 172.222,22
Concurso de infrações ½ art. 20, §3º, Resolução PGJ 57/22			R\$ 258.333,33

